

Algumas informações sobre os Zoró

Marcio Silva,  
UFRJ/MN/PPGAS

CEDI - P. I. B.  
DATA 21 11 86  
ZOD 15

Contribuição ao Encontro sobre Índios  
Isolados e de Contato Recente / OPAN,  
1986.

Os Zoró são índios do grupo linguístico Tupi-Mondé, assim como os Suruí, os Gavião, os Cinta-Larga, os Aruá e os Aruashi (esses últimos provavelmente extintos). Este povo habita uma área no norte do Estado do Mato Grosso, fronteira com o Estado de Rondônia (Aprox. Lat 11 S, Long 61 W), limitando-se a oeste pelo Rio Branco, a leste pelo Rio Roosevelt, ao sul pelo Rio Catorze de Abril e ao norte, partindo de um afluente do Rio Branco, seguindo até uma linha imaginária em direção ao Rio Roosevelt, na altura do Igarapé Tiroteio. As primeiras notícias sobre esses índios são de 1968, ocasião em que o sertanista Francisco Meirelles, em sobrevôos pela região, registra a existência de algumas aldeias. Em 1976, a população Zoró é estimada em cerca de oitocentas pessoas. O contato com agentes da sociedade brasileira se dá a partir de outubro de 1977, através de expedições coordenadas pelo sertanista Apoena Meirelles. Poucos meses depois, a área Zoró é interditada pelo Decreto nº 81.587, de 19.04.78. Em 1978, a FUNAI promove vacinação de cerca de quatrocentos índios. Neste mesmo ano, a FUNAI calcula a existência de cerca de quinze aldeias Zoró (Cf. Proc.FUNAI/BSB/13.335/78, fls.17 e 18). Em 1985, a população Zoró é estimada em pouco menos de duzentas pessoas (Cf. Memo nº013/Coord.GT,Port.Interministerial nº 002/83, instituído pelo Decreto nº 88118/83).

As informações sobre o Povo Zoró são, até hoje, muito fragmentárias, e resumem-se em alguns relatórios de pesquisa e em dados extraídos de documentação da FUNAI de caráter genérico. Não se dispõe, até o momento, de estudos sobre a organização social, sobre a cosmologia e sobre a língua deste Povo. Sabe-se, entretanto, que os Zoró passam por um acelerado processo de descaracterização cultural a partir do contato. Em junho de 1978, são atraídos para o Posto Indígena Lourdes, onde sofrem o assédio de missionários catequistas da Missão Novas Tribos do Brasil. Posteriormente transferidos para o Posto Indígena Zoró, quando registra-se o desaparecimento de suas festas tradicionais, a FUNAI começa a empreender um programa de implantação de roças comunitárias, de grande porte, que demanda da população um trabalho diário e em tempo integral. Tal atividade acaba por provocar um progressivo abandono de suas práticas econômicas tradicionais, e afeta não apenas a rotina do grupo, mas também a sua produção e seus hábitos de consumo. Ainda neste período, a FUNAI promove a substituição de suas malocas coletivas tradicionais por novas casas de tipo regional, que passam a abrigar "famílias nucleares".

Desnecessário enfatizar que todas essas interferências no fluxo da vida social são efetuadas sem um estudo cuidadoso dos seus reflexos e conseqüências para a comunidade.

Nos fins da década de setenta, uma estrada é construída dentro da área indígena interdita, cortando a região de sul a leste. Pouco a pouco, nos últimos anos, tal estrada vem permitindo o acesso de invasões que se estabelecem por uma vasta região do território. Um relatório elaborado pela FUNAI-INCRA-INTERMAT/MT, de 12.02.85 constata a presença de setenta e nove invasores. Neste mesmo ano, o antropólogo Giglio Brunelli registra um estado de guerra entre os Zoró, preocupados com o expressivo número de posseiros e grileiros em suas terras. Em agosto de 1985, os Zoró, munidos com suas armas tradicionais, organizam um grupo de ataque de cerca de quarenta homens que parte em direção a alguns dos pontos de invasão. Nessa ocasião, os Zoró promovem a captura de alguns invasores que são posteriormente liberados, depois de negociação mediada pela Administração Regional da FUNAI (Cf. "Zorós et Colons: Encore une Guerre en Amazonie" por G. Brunelli e S. Cloutier-Recherches Amerindiennes au Quebec, 1986).

Apesar das várias gestões dos Zoró junto à FUNAI, e das primeiras expedições de guerra, o número de invasões cresce de maneira expressiva nas duas últimas temporadas de seca. Em 02.09.86, uma comitiva integrada pelo cacique "Payô" Zoró e mais cinco índios dirige-se à administração do Parque Indígena do Aripuanã, em Riozinho, RO onde manifesta a disposição para um ataque caso a FUNAI não promova, num tempo curto, a retirada das invasões existentes em seu território. Em 26.09.86, uma nova comitiva de índios Zoró dirige-se à Superintendência Regional de Cuiabá, onde formula um ultimatum: Os Zoró atacarão as invasões a partir do dia 16.09.86, caso, até aquela data limite, a FUNAI não promova a retirada dos posseiros e grileiros existentes em seu território. Os índios informam que as invasões estão a cerca de meia hora de caminhada da aldeia.

Como se vê, os Zoró, em menos de dez anos de contato, sofreram, de modo dramático, os seus efeitos e encontram-se, atualmente, num momento crítico de sua história. Há informações de que estariam procedendo a retirada de mulheres e crianças da aldeia e solicitando apoio armado de alguns de seus vizinhos Tupi-Mondé. O mapa da área Zoró, em anexo, reflete um primeiro levantamento das invasões lá existentes. Como se percebe, além da estrada principal que corta o sul e o leste das terras interditas, há uma série de caminhos secundários transversais. Há informações ainda da existência de uma cidade Paraíso da Serra, dotada inclusive de razoável infra-estrutura. (Cf. Jornal do Brasil, 15.09.86, em anexo) em pleno território Zoró.

Cuiabá, 13.10.86



## *Cidade nasce no meio de área indígena*

Porto Velho — Uma nova cidade está nascendo em meio à floresta do município de Aripuanã, em Mato Grosso, próximo à divisa com Cacoal, em Rondônia — a cerca de 700 quilômetros de Porto Velho. Mas a grande diferença entre esse núcleo urbano, denominado Paraiso da Serra, e os outros que o progresso constrói em plena selva amazônica, está na localização: a reserva indígena dos zoró, habitada por 500 silvícolas.

A denúncia foi feita à imprensa pelo missionário Antonio Marchi, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no estado, e será formulada durante a semana em documento endereçado aos ministros do Interior e da Justiça, Cimi/Nacional e Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília e Mato Grosso.

De acordo com o missionário, em Paraiso da Serra existem 800 famílias de invasores, duas serrarias em funcionamento e uma em construção, bar, restaurante, duas escolas, na máquina de beneficiar arroz, dois alambiques e postos do IBDF e da Secretaria Estadual de Fazenda.